

Quês e porquês da interrogação

Ana Bela Afonso

Abstract: This work intends to study the phenomena, especially of semantic nature, which interact in the “question construction”, according to the theoretical and methodological proposals of Theory of Enunciative Operations (TFE – 'Théorie Formelle Énonciative').

Together with the characterizing pragmatic-enunciative aspects (degree of enunciative compromise and its modulations: interactive relation enunciator/co-enunciator) it is important to study the subjacent values and operations that define the uniqueness of the question as a language object.

The main role that the question modal value assumes relates to the methodological convenience of distinguishing in the question a value ignored by traditional grammar, recognizing, however, the established overlap between the prosodic, syntactic, semantic and pragmatic phenomena, concurrently involved in the construction of set questions.

Para além das diferenças que delimitam o entendimento (ou os entendimentos) que o conceito de *co(n)texto* adquire em diversas perspectivas linguísticas, parece-me ser possível discernir, nessa diversidade, a intervenção de uma componente transversal revelada na palavra ‘relação’.

A natureza prolixa desta palavra que compreende tanto instâncias que integram desde a situação enunciativa, até elementos extra-linguísticos considerados relevantes para a compreensão de um texto, tem porém, neste estudo, um contexto que convém delimitar: o estritamente linguístico.

O título ‘quês e porquês da interrogação’ inscreve-se portanto num quadro teórico preciso que tem como objecto o enunciado enquanto ‘produto de uma actividade significativa de produção e reconhecimento de formas linguísticas’ (cf. Culioli 1990: 178).

Sendo que ‘tudo na linguagem é construção’ (cf. Culioli [1982] 1999b:

105 e Franckel (2002: 3-15), o processo de construção do sentido é instituído no enunciado, pelo que é aí, no enunciado, que a significação deve ser procurada.

Trata-se de um processo dinâmico e recíproco de determinações das unidades entre si e o todo que é o enunciado. A relação unidade/*co-texto* é variável e por isso uma unidade não existe *per si*, como uma entidade pré-existente ou independente, já que a construção do sentido decorre da sua relação com as restantes unidades.

Deste modo uma sequência de unidades gramaticais e lexicais como ‘já chegaste’ pode corresponder a enunciados muito diferentes se a curva melódica for diferente, se é construída com valor assertivo, interrogativo, de negação, de ruptura enunciativa, exprimindo confirmação, surpresa, dúvida, contentamento, rejeição, consternação...

A descrição do comportamento sintáctico e semântico de uma unidade linguística (um marcador interrogativo, p. ex.) pressupõe a capacidade de

distinguir a influência da relação recíproca desse marcador com as restantes unidades linguísticas com as quais interage no enunciado, nomeadamente com o par pergunta/resposta (o co-texto ou contexto enunciativo).

Poderemos então explicar as diferenças produzidas pela variação do co-texto sobre o sentido do próprio marcador. É esta abordagem que permitirá dar conta da variação de sentido de um determinado marcador.

Dar conta, por exemplo, do comportamento de um marcador como *acaso* em contexto interrogativo e assertivo. Ou ainda, dar conta da variedade de valores modais revelada em dois percursos de significação possíveis a partir de (6)a. *Como pintou o Miguel o quadro?* e que evidencia a compatibilidade de (6)a. com respostas tão distintas como (6)b. *Pintou-o com tintas de óleo* ou (6)c. *Pintou-o a ouvir música clássica*.

Comecemos então pelo caso de *acaso*:

A motivação para o estudo deste marcador, resultou da verificação do contraste que *acaso* estabelece em relação ao comportamento linguístico dos restantes ‘advérbios de dúvida’ e que se relaciona com a sua preferência inequívoca pela construção interrogativa.

Ao contrário do que intuitivamente se poderia supor, os *corpora* consultados registam um número de ocorrências de *acaso* que nos permite concluir mesmo uma regularidade no seu uso¹, embora o

uso de *por acaso* seja, de facto, preferencial.

Entre as categorias possíveis para *acaso* (SP – ‘por acaso’; N – ‘o(s) acaso(s)’; adv. – ‘acaso SV’), centramo-nos no valor adverbial e na sua ocorrência em contexto interrogativo.

A classificação tradicional inclui *acaso* como exemplo de um ‘advérbio de dúvida’, juntamente com *porventura*, *talvez*, *quicá*, *possivelmente*, *provavelmente*, etc.²

Procedendo a uma manipulação deste enunciado, e sem atribuir o valor de pergunta/resposta aos pares resultantes, vejamos a seguinte bateria de exemplos nas formas interrogativa e assertiva:

(1) *A Sofia emprestou o livro à irmã?*

(1.1) *A Sofia emprestou o livro à irmã.*

(2) **Provavelmente a Sofia emprestou o livro à irmã?*

(2.1) *Provavelmente a Sofia emprestou o livro à irmã.*

(3) *Acaso a Sofia emprestou o livro à irmã?*

(3.1) **Acaso a Sofia emprestou o livro à irmã.*

Logo numa primeira observação, poderemos constatar que a ocorrência de *acaso* é, ao contrário dos restantes marcadores, incompatível com

actualização de Abril/2003, regista 6935 ocorrências, em contexto interrogativo e assertivo.

² A perspectiva tradicional agrupa os advérbios de frase em advérbios de afirmação e advérbios de dúvida (Cunha e Cintra 1984: 538ss, Grevisse [1936] 1969: 858ss, entre outros). Mas nem todos os advérbios de opinião (nomenclatura adoptada em Grevisse ibid: 832, que agrupa advérbios de afirmação, de negação e de dúvida) apresentam incompatibilidade com a construção interrogativa, como é o caso de *acaso*, aqui estudado.

¹ O CRPC, modalidade oral, última actualização de Março/2002, regista um total de 1457 ocorrências do marcador em contexto interrogativo; o CETEMPúblico, última

enunciados com valor de asserção estrita (ex. 3.1), mas é compatível em contexto interrogativo.

Esta preferência de *acaso* pela interrogação foi portanto o que determinou a opção pela selecção desta problemática.

Ora, apesar de estes advérbios terem em comum com a interrogação operações que viabilizam:

- a) quer a expressão de uma modalidade epistémica equivalente a um valor construído como não-certo, ligado a um não-saber, a uma dúvida do enunciador;
- b) quer a distanciação e não-compromisso do sujeito em relação à validação da relação predicativa, como explicar, então, a agramaticalidade de p. ex. (2) **Provavelmente a Sofia emprestou o livro à irmã?*

A explicação para esta questão fundamenta-se no valor assertivo de que estas unidades são marca, o que as torna incompatíveis com a interrogação.

De facto um enunciado interrogativo não pode comportar, a nível da linearidade textual, a simultaneidade de um valor assertivo e de um valor interrogativo, do que resulta a sua agramaticalidade.

É o que também se pode ver nos exemplos:

- (4) **Estou a ver que a Sofia (não) emprestou o livro à irmã?*
- (5) **Pelos vistos a Sofia (não) emprestou o livro à irmã?*

‘estou a ver’ funciona como um marcador de asserção e a interrogação implica sempre a validação da relação predicativa, mas num outro espaço enunciativo (o espaço da resposta),

antecipadamente construído, no qual o co-enunciador da pergunta se instituirá como segundo enunciador.

Mesmo que os marcadores expressem graus fracos na escala de valores assertivos (como acontece em ‘pelos vistos’, se calhar, às tantas) ou mesmo que haja unicamente um esboço de escolha do interior ou do exterior do domínio de validação da relação predicativa subjacente (como é o caso dos exemplos com ocorrência de ‘advérbios de dúvida’), bastará não haver eliminação exaustiva da construção do complementar, para que o enunciado resulte agramatical.

Então, por que razão pode *acaso* co-ocorrer com o valor modal interrogativo de um enunciado? Contraste-se (3) com (3.1):

(3) *Acaso a Sofia emprestou o livro à irmã?*

(3.1) **Acaso a Sofia emprestou o livro à irmã.*

A própria construção interrogativa funciona como um mecanismo que ajuda a explicar esta diferença. Vejamos o grupo A a B4:

A: *A Sofia emprestou o livro à irmã?*

B1: *Talvez.*

B2: *Possivelmente.*

B3: *Quiçá.*

B4: *Porventura.*

B5: **Acaso.*

Ao enunciado do locutor A, seguem-se réplicas possíveis do locutor B que permitem observar (sem valorizarmos agora a probabilidade de frequência de cada resposta) que, ao contrário dos restantes advérbios, *acaso* não pode

ocorrer isoladamente, uma vez que não possui um valor de asserção semanticamente autónomo.

É com esse valor assertivo que o enunciador da resposta exprime o grau de conhecimento que possui em relação ao acontecimento construído, estabelecendo, como vimos, uma distância em relação à validação da relação predicativa a que a construção interrogativa obriga.

Ora, como *acaso* não é marcador assertivo, pode ocorrer em contexto interrogativo. De facto, enquanto o enunciador de B1, B2, B3 e B4 deixa em aberto o espaço de confirmação da validação ou não validação da relação predicativa subjacente à interrogação, em B5, *acaso* não permite sequer definir este espaço de validação, pelo que nunca ocorre como marcador isolado.

Ora, estas considerações permitem-nos tirar duas conclusões metodológicas essenciais para a TFE:

1. é no co-texto (ou contexto enunciativo) que uma unidade linguística se manifesta, através da relação com as outras unidades (e o estudo da interrogação exige, como vimos, o contexto pergunta/resposta);
2. sendo a identidade de uma unidade definida pelos seus diferentes modos de interacção e funcionamento no contexto enunciativo (interrogativo e assertivo, p. ex.), a variação resulta inerente à própria identidade da unidade.

Então, uma pergunta à qual também é necessário responder é: face à diversidade de que se reveste a construção interrogativa, que propriedades específicas lhe atribuem singularidade?

Por outras palavras, qual é o contexto de uma interrogação?

As marcas visíveis/audíveis que nos permitirão a imediata identificação do contexto interrogativo são a curva melódica específica, a presença do ponto de interrogação e a presença das formas clássicas dos marcadores interrogativos (advérbios e pronomes).

Mas todos estaremos de acordo com Danielle Boissat (1991: 267-275) ao denunciar o ‘poder de ilusão’ da interrogação, poder que permite a construção nos enunciados de uma ‘camuflagem interrogativa’ para tudo, até para, interrogando, não interrogar...

É o caso, por exemplo, de interrogativas que formulamos intuitivamente, mas em situações em que afinal não pretendemos interrogar nem sequer obter uma resposta.

Miguel Torga em *Um Reino Maravilhoso* (1941) observa, a propósito da hospitalidade dos transmontanos, que quando lhes batem à porta, dizem primeiro ‘entre!’ e só depois perguntam ‘quem é?’. Também este exemplo nos permite verificar que ‘quem é?’ não tem neste contexto um valor interrogativo, mas antes a reconstrução de um valor indefinido, podendo por isso ser possível atribuir à sequência (6) *Entre! Quem é?* a glosa *Entre, seja quem for!*³

Por outro lado quando se afirma categoricamente: (7) a. *São cinco irmãs, todas iguais, anda uma nua a despir as*

³ A propósito da aproximação entre os marcadores interrogativos e indefinidos, é referido em Campos (1998: 102): “A investigação histórica permitiria sem dúvida aproximar morfemas interrogativos e morfemas indefinidos, uns e outros marcadores da operação de percurso.”

mais, espera-se, de facto, obter uma resposta: (7) b. *As 5 agulhas para tricotar meias*, o que faz corresponder uma sequência assertiva a uma verdadeira interrogativa (há a construção de um domínio de validação com estruturação do percurso do domínio, mas sem selecção).

Vejamos: se a presença de marcas específicas como a curva melódica, o ponto de interrogação, e a presença de um marcador interrogativo (como acontece no exemplo (6) ou mesmo em exemplos mais comuns como é o caso das perguntas retóricas - ‘por qué no te callas?’ é um exemplo paradigmático), se essas marcas não dão afinal a garantia do valor interrogativo do enunciado em que ocorrem, e se até exemplos como (7)a equivalem mesmo a uma interrogação, o que confere afinal identidade à construção interrogativa?

No estudo da interrogação em português contemporâneo, Henriqueta Costa Campos publica em 1991 uma investigação que corresponde a um marco epistemológico incontornável, já que, no seguimento das observações precursoras de Óscar Lopes (Gramática Simbólica: 246. 249), pela primeira vez se defende, descreve e analisa de forma rigorosa que a interrogação é uma forma e um valor modal.

O valor modal (ou modalidade) de um enunciado resulta da localização da relação predicativa (estrutura abstracta subjacente a qualquer enunciado) em relação ao parâmetro S, sujeito (entendido enquanto entidade metalinguística.)

A amplitude de possibilidades da relação entre o enunciador e a <r> vai desde a asserção estrita positiva ou

negativa, em que o enunciador assume inteiramente a validação da <r> subjacente ao enunciado (validar quer dizer que é verdade), à situação oposta, aquela em que o enunciador não valida a <r>, remetendo essa tarefa para o seu co-enunciador – é o caso da interrogação.

A TFE ao enquadrar a interrogação na modalidade 1 (a modalidade da afirmação, negação e interrogação) está a valorizar o modo como o enunciador assume a validação da relação predicativa subjacente a todo e qualquer enunciado. E é, de facto, a validação ou não-validação da relação predicativa que circunscreve formalmente o modo como, na relação enunciativa, o enunciado se vai apresentar ao interlocutor.

Ao atribuir-se à interrogação uma *predisposição assertiva* (alguns tipos de interrogação - retórica e interrogativa-tag, p. ex. - comportam mesmo valores assertivos explícitos) estamos a considerar que a interrogação, partindo de um pré-construído (só se pode interrogar um acontecimento enunciativo se esse acontecimento for objecto de uma predicação de existência), desenha um percurso formalmente interrogativo, em que o enunciador se apaga sem prescindir do seu estatuto de fonte deontica, para finalmente reclamar uma resposta, regressando assim à asserção.

Fica claro que a interrogação só poderá ser devidamente estudada num contexto que englobe os pares pergunta/resposta, enunciador/co-enunciador.

Ora, se o que identifica um enunciado interrogativo é, antes de mais, o facto de a relação predicativa que lhe subjaz ser construída como validável e não como

validada (tarefa que se remete para o co-enunciador), como explicar esse ‘afastamento modal’ do enunciador dos enunciados interrogativos, se estes se caracterizam afinal por uma forte relação interagentiva do enunciador com o seu co-enunciador?

Num enunciado interrogativo, a validação da relação predicativa encontra-se em suspenso, já o afirmámos.

O enunciador posiciona-se topologicamente na bifurcação de um domínio de validação (constituído por um Interior - I, um Exterior – E e um espaço intermédio – a fronteira) por não estar em condições (não podendo ou não querendo) de validar a <r>.

Mas apesar desse posicionamento no vértice da bifurcação, em IE (nem I nem E, que lhe garante a construção de uma interrogação) o sujeito enunciador pode contudo perspectivar o valor que pretende (validação positiva em I ou negativa em E), construindo assim uma interrogativa não-equiponderada, que pré-orienta a resposta pretendida.

Ao visar a localização da ocorrência dentro ou fora do domínio de validação, o enunciador da interrogativa dispõe de recursos linguísticos para, se não garantir, pelo menos preparar (e condicionar) a construção do(s) valor(es) pretendidos na resposta. E será o seu co-enunciador que, instituído como enunciador da resposta, assumirá a validação da <r>.

Esta estratégia enunciativa, marcada pelo posicionamento prospectivo do enunciador da pergunta, intrinca-se em termos exaustivos com as várias operações subjacentes à interrogação já aqui referidas: (i) construção antecipada da classe de valores para validação da

relação predicativa; (ii) construção antecipada do espaço enunciativo para a instituição do co-enunciador como segundo enunciador; (iii) definição do co-enunciador como alvo deôntico; (iv) construção de um processo de focalização sintáctico-semântica sustentado pela imbricação enunciador/co-enunciador e respectivos espaços enunciativos – pergunta e resposta.

No contexto interrogativo, a relação dinâmica e assimétrica enunciador/co-enunciador caracteriza-se pela sua complexidade e variabilidade.

Num dos seus pólos extremos, poderemos sinalizar uma interrogativa equiponderada (o ‘grau zero’ da interrogação), sem o recurso a qualquer pré-orientação da resposta - um ‘puro’ pedido de informação, em total oposição a uma interrogativa retórica, aquela em que a pressão e a pré-orientação da resposta atingem o seu grau máximo – já que se trata de uma interrogativa que contém a própria resposta.

Embora incompatível com enunciados com valor de asserção estrita (3.1), ao darmos conta das operações e valores subjacentes a uma interrogação com *acaso*, veremos que a sua ocorrência no enunciado interrogativo equaciona uma especificidade que faz equivaler a interrogativa em que ocorre a uma verdadeira asserção.

2. *Acaso* em contexto interrogativo

Aparentemente, a ocorrência de *acaso* limitar-se-ia a registos cuidados, no entanto, os *corpora* consultados (CRPC, modalidade oral e CETEMPúblico), relativos ao discurso não literário (oral e escrito) registam um número

considerável de ocorrências que confirmam um regular uso de *acaso*.⁴

Em contexto interrogativo retórico, *acaso* marca uma operação de percurso com selecção de um valor. O enunciador, ao percorrer a classe de valores que validam a relação predicativa, selecciona um único valor (em vez de remeter essa tarefa ao co-enunciador) e, ao assumi-lo, bloqueia a possibilidade de resposta, apesar da forma interrogativa do enunciado.⁵

É esta operação – selecção de um valor assertivo (positivo ou negativo) que o enunciador assume na totalidade – que faz distinguir a interrogação em que *acaso* ocorre de uma interrogativa total simples, tal como sucede nos exemplos:

(8) *Foi bem tratada no Ministério?*

a. *Sim, fui bem tratada.*

b. *Não, não fui.*

(9)a: *Acaso foi bem tratada no Ministério?* (ext 1161163 (soc, 93a))

Partindo do princípio que na enunciação de (8) não é construído nenhum valor prosódico que a afecte de valores distintos, nesta interrogativa total é construído um percurso de uma classe com dois únicos elementos (correspondentes ao valor positivo e

valor negativo da relação predicativa), sem distinção de valor, tarefa que o enunciador incumbe ao seu co-enunciador. Esta interrogativa exige portanto uma resposta que valide a relação predicativa subjacente, na forma positiva (8a) *Sim, fui bem tratada* ou negativa (8b) *Não, não fui*.

Porém, em (9a), a ocorrência de *acaso* faz afectar a interrogativa total de diferentes valores e operações subjacentes a uma re-orientação modal que torna o enunciado equivalente a uma asserção com valor negativo, ou seja, transforma a interrogativa total numa interrogativa total retórica.

Deste modo, enquanto (8) exige uma resposta para a validação da relação predicativa subjacente, o exemplo (9a) – uma interrogativa retórica devido à ocorrência de *acaso* – equivale a uma asserção que podemos glosar como ‘o Ministério não a tratou bem’.

Esta re-orientação modal fundamenta-se nas seguintes operações:

a) é construído o Interior de < () *foi bem tratada no Ministério*> (forma positiva da interrogação);⁶

b) é construído um valor de eventualidade/possibilidade como localizador aspectual de <() *foi bem tratada no Ministério*> validado;

c) o enunciador constata que, qualquer que seja a ocorrência considerada (*por esta ou aquela pessoa do Ministério*) não existe nenhuma ocorrência que, em momento algum, possa instanciar a confirmação do valor positivo de ‘<() *foi bem tratada no Ministério*> como validado;

⁴ O CRPC, modalidade oral, última actualização de Março/2002, regista um total de 1457 ocorrências do marcador em contexto interrogativo; o CETEMPúblico, última actualização de Abril/2003, regista 6935 ocorrências, em contexto interrogativo e assertivo.

⁵ Tal como em enunciados assertivos, há uma operação de orientação da relação predicativa no domínio nocional (e na situação enunciativa). Essa orientação tem uma direcção: o Interior ou o Exterior do domínio nocional. É esta orientação que corresponde ao caminho nocional enquanto percurso dirigido a um ponto estabilizador - I ou E.

⁶ Sendo a interrogação construída na forma positiva, há um esboço de pré-orientação para o Interior.

d) o enunciador conclui que não existe, nessa eventualidade, em momento algum (ou seja, nunca), alguma possibilidade de se poder dizer ‘você foi bem tratada no Ministério’, pelo que se opera a saída do Interior do domínio de validação;

e) é finalmente construída a passagem do Interior para o Exterior, operação de **re-orientação modal** que afecta o enunciado de um valor assertivo negativo⁷;

f) a interrogação, ao incluir, deste modo, a sua própria ‘resposta’, (o valor negativo, correspondente a ‘você não foi bem tratada’, possibilita que seja concomitantemente bloqueada a validação da relação predicativa por parte do co-enunciador, operação que viabiliza a não aceitação de uma resposta.

Do estudo comparativo de interrogativas globais com e sem ocorrência de *acaso* (de que (9a) é exemplo), podemos concluir que *acaso* é marcador de um percurso com selecção de valor, totalmente assumido pelo enunciador, o que faz afectar a interrogativa em que ocorre de um valor retórico.

Acaso funciona concomitantemente como uma estratégia discursiva: pela forma interrogativa conserva a aparência formal de apelo ao co-enunciador, mas pelo valor subjacente, assertivo, bloqueia a possibilidade de resposta ao segundo enunciador.

⁷ Se a interrogação for construída na forma negativa, todo o processo tem uma orientação contrária, sendo iniciado por um esboço de pré-orientação para o Interior. É por esta razão que se a interrogativa retórica é negativa, tem valor de asserção positiva; se é positiva, tem valor de asserção negativa.

É possível, então, concluir-se que em enunciados interrogativos o uso de *acaso* marca:

a) a construção de uma re-orientação modal, um valor retórico que restringe a interrogativa e a faz equivaler a uma verdadeira asserção;

b) modalizado o enunciado como interrogação retórica, *acaso* funciona como um marcador de um percurso com selecção de um único valor (valor positivo (I) se a interrogação for construída na forma negativa; valor negativo (E) se for construída na forma positiva), valor esse que é totalmente assumido pelo enunciador.

Sabemos que uma das características semânticas da interrogação retórica é o bloqueamento da possibilidade de resposta, uma vez que a resposta está contida no valor assertivo que estas interrogativas comportam.

Por estas razões, a interrogação retórica ocorre geralmente em contextos em que, conforme referido em Campos e Xavier (1991: 348), “o enunciador se dirige a um co-enunciador que não tem voz”, ou seja, a um co-enunciador ao qual não é dada oportunidade de se constituir em segundo enunciador. Esses contextos são aqueles em que se produz o discurso político, religioso, literário ou mesmo publicitário.

Mas há situações de interlocução, fora destes contextos, integradas na espontaneidade do discurso do quotidiano (e em que a relação intersujeitos é um parâmetro que potencia a possibilidade imediata de resposta), em que esta poderá de facto ocorrer e, nestas circunstâncias, a resposta comporta sempre uma rejeição do valor assertivo que a interrogativa retórica constrói.

Dado que neste tipo de contextos enunciativos o co-enunciador se auto-institui como segundo enunciador (e não é portanto previamente instituído pelo enunciador da pergunta), não se torna difícil encontrar respostas prováveis para os seguintes exemplos de interrogativas retóricas:

(9) a: *Acaso foi bem tratada no Ministério?* (ext 1161163 (soc, 93a))

b: *Claro que fui! E ainda pergunta!*

Neste tipo de contexto discursivo, o co-enunciador institui-se como segundo enunciador para contrariar o valor assertivo (positivo ou negativo) que a interrogativa com *acaso* comporta e a resposta revela sempre uma rejeição do valor assertivo que a interrogativa retórica constrói.

O co-enunciador não aceita o funcionamento de *acaso* nem enquanto estratégia discursiva para bloquear a possibilidade de resposta, nem enquanto marca da construção de um valor assertivo e, na resposta, é construído um valor de alteridade que rejeita e elimina o valor assertivo (positivo ou negativo) da construção interrogativa.

Na resposta a revalidação da relação predicativa é o resultado de uma operação de re-orientação, agora em sentido inverso, das operações e valores subjacentes à interrogação com *acaso*, ou seja, em (9)b, a relação predicativa é validada no Interior do domínio nocional

A força das respostas a uma interrogativa retórica reside no facto de estas serem tão inesperadas como categóricas: desconstroem e re-orientam, em sentido inverso, o valor assertivo da interrogativa. Torna-se

evidente que, caso o valor assertivo da interrogativa fosse aceite, a resposta deixaria de ter funcionalidade.

Neste contexto, a resposta comporta sempre uma rejeição do valor assertivo que a interrogativa retórica constrói. A aceitação do valor assertivo da interrogação é sempre marcada pelo silêncio do co-enunciador que acata o bloqueamento de possibilidade da resposta, confirmando assim o valor retórico da interrogativa. Virá a propósito recordar o ditado: ‘quem cala, consente’...

Assim, *acaso* é o único exemplo em que não contribui, para a sua significação, qualquer nome (-vez em *talvez*; -ventura em *porventura*), adjectivo (*possível*- em *possivelmente*) ou verbo (-çá em *quicá*), constando unicamente uma forma com valor preposicional ‘a’ e a forma adverbial ‘casu’, que marca o valor de eventualidade.

Bibliografia

- Afonso, Ana Bela (2000). *Valores da Interrogação – um estudo linguístico*. Viana do Castelo. Centro Cultural do Alto Minho.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1998). *Dever e Poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. JNICT.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (2001). ‘Enunciação mediatizada e operações cognitivas’ in *Linguagem e Cognição – A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. APL e UCP - Faculdade de Filosofia. 325-340.
- Campos, Maria Henriqueta Costa e Maria Francisca Xavier (1991). *Sintaxe e Semântica do*

- Português. Lisboa. Universidade Aberta.
- Carreira, Maria Helena Araújo (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain / Paris. Peeters.
- Culioli, Antoine (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris. Ophrys.
- Culioli, Antoine (1999) *Pour une linguistique de l'énonciation 2 : Formalisation et opérations de repérage*. Paris. Ophrys.
- Franckel, Jean-Jacques (1983). 'Aspects et énonciation. Description et représentation de certaines déterminations aspectuelles.' in *Linguistique, énonciation. Aspects et détermination*. Paris. E.H.E.S.S.. 115-155.
- Palmer, Frank Robert (1986). *Mood and Modality*. Cambridge. Cambridge University Press.